

O DESAFIO INSTITUCIONAL DA CONCEPÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS FUNÇÕES DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO

THE INSTITUTIONAL CHALLENGE OF CONCEIVING AND INTEGRATING THE TASKS OF RESEARCH, EDUCATION AND EXTENSION

EL DESAFIO INSTITUCIONAL DE LA CONCEPCION E INTEGRACION DE LAS FUNCIONES DE INVESTIGACION, ENSEÑANZA Y EXTENSION

Vicente de Paulo Carvalho Madeira

*Doutor em Educação pela Université de Paris (França).
Professor do curso de Mestrado em Educação da UCP,
Diretor de Pós-Graduação e Pesquisa da FESO.
Vice-presidente da ANPAE*

• Resumo

Este artigo propõe que a pesquisa, o ensino e a extensão são dimensões de um todo, mais do que simples partes distintas e muito menos diferentes. Em cada aula verdadeira está embutida a dimensão da pesquisa e a dimensão da extensão. Em cada atividade de extensão há um conhecimento ou sabedoria que se procura disseminar e que é conteúdo de uma pesquisa ou de uma aula. O princípio da indissociabilidade da pesquisa, do ensino e da extensão não quer dizer que cada docente seja transformado, por decreto, em professor-pesquisador-extensionista. Quer dizer, antes de tudo, que na instituição de ensino superior é essencial que a investigação, a transmissão, a aplicação e a transferência do conhecimento se façam permanentemente, em uma articulação e em uma integração essencial, ou seja, devidas à sua própria essência ou à sua própria natureza.

Palavras-chave: Pesquisa. Extensão. Ensino superior. Docência.

• Abstract

This article proposes that research, education and extension are dimensions of a whole, more than mere separate parts, let alone unrelated ones. Both dimensions of research and extension are part of each real class. In every extension activity, there is either knowledge or wisdom that somebody is attempting to spread, and which is part of a research or a class. The principle of nonseparation of research, education and extension does not mean that every professor be turned, by force of a decree, into a professor-researcher-extension student. This means, first of all, that it is material that investigation, transmission, application and transfer of knowledge are consistently made at a higher education school, articulated and essentially integrated, that is to say, based on their own essence or their own nature.

Keywords: Research. Extension. Higher education. Professorship.

• Resumen

Este artículo propone que la investigación, la enseñanza y la extensión sean dimensiones de un todo y no apenas partes distintas, y mucho menos independientes. En cada clase verdadera está encajada la dimensión de la investigación y la dimensión de la extensión. En cada actividad de extensión hay un conocimiento o sabiduría que buscamos difundir y que es el contenido de una investigación o de una clase. El principio de la indissociabilidad de la investigación, de la enseñanza y de la extensión no quiere decir que cada docente se transforme, por decreto, en profesor-investigador-extensionista. Quiere decir, antes que nada, que en la institución de enseñanza superior es esencial que la investigación, la transmisión, la aplicación y la transferencia del conocimiento se hagan permanentemente dentro de una articulación y en una integración esencial, o sea, debidas a su propia esencia o a su propia naturaleza.

Palabras-clave: Investigación. Extensión. Enseñanza superior. Docencia.

INTRODUÇÃO

Na prática acadêmica das instituições de ensino superior, deparamo-nos, freqüentemente, com a trilogia **ensino, pesquisa e extensão**, que gostaríamos de repor em sua ordem lógica por **pesquisa, ensino e extensão**, como veremos adiante. Nessa simples mudança já se insere a polêmica que existiu desde a proposta inicial da sagrada trilogia.

Tudo se passa como se tratasse de um dogma universal e, como em relação a qualquer dogma, procede-se acriticamente, com um assentimento de ordem ideológica. Supõe-se um modelo teórico intocável de instituição de ensino superior, atribuindo-se a este uma perfeição hoje indiscutível e que foi muito posta em dúvida ao tempo de sua implantação e implementação.

Para muitos docentes tem se constituído em uma salutar experiência a vivência em outros países em que, apesar de seus avanços na área de produção científica e seu desenvolvimento nas instituições de formação acadêmica, não se tem, como entre nós, o costume já tornado cultural, nos últimos trinta anos, da insistente triangulação das funções **pesquisa, ensino e extensão**, nas instituições de ensino superior.

A indissociabilidade das três funções é tornada uma premissa e sua aplicação se faz como se cada indivíduo docente devesse ser transformado, por decreto, em pesquisador, professor e extensionista, ao mesmo tempo. Ora, quem lida com a gestão acadêmica sabe, por experiência, que essa indissociabi-

lidade se dá e se fundamenta pela natureza mesma do conhecimento – via epistemológica – e pela estrutura e funcionamento das organizações – via do modelo institucional. A indissociabilidade não se dá na individualidade do profissional, mas na identidade institucional.

Isso é o fundamento mais sólido contra os golpes freqüentes que se pretendiram contra a universidade, quando se imaginaram tipos de instituição que se dedicariam apenas ao ensino em contraposição a outras que desenvolveriam pesquisa. Nessas propostas, aliás, a extensão sempre foi posta em plano secundário.

O fato de a administração das cargas horárias dos docentes exigir a distribuição de suas atividades por essas funções, como categorias burocráticas, levou a uma atitude defensiva ou corporativa.

Cada professor deveria sentir pesquisador porque prepara uma aula. A vulgarização do conceito de pesquisa chega a confundir a com uma simples leitura anotada. O que consta dos relatórios como pesquisa nem sempre merece este registro. Pode-se constatar que muita produção replicada em apresentações e publicações não pode se confundir como produto ou resultado de pesquisa. No campo da extensão incide-se em uma multiplicidade de atividades desconexas, sem consistência no seu conteúdo e na sua natureza.

Curiosamente, antes da reforma universitária que o regime militar nos impôs, em 1968, esse trinômio não se

*Grandes mestres
não se pretendiam
pesquisadores, apesar de
terem maior produção
intelectual do que a média dos
que hoje estão convencidos
de que são
pesquisadores*

apresentava assim na comunidade acadêmica. Grandes mestres da época não eram e não se pretendiam pesquisadores, apesar de terem maior produção intelectual do que a média dos que hoje estão convencidos de que são pesquisadores. Aqueles professores sabiam acessar as fontes do conhecimento atualizado da época, para sua transmissão no **ensino**, como usuários da produção científica internacional.

Alguns educadores eminentes, membros do Conselho Federal de Educação que vieram a perder seus postos pela coerção da ditadura, perceberam o artificialismo impróprio da triangulação proposta a partir de relatórios

prévios à Reforma e anteviram as aplicações perigosas que o modelo poderia vir a receber.

A proposta provocadora deste artigo se faz no sentido da desmistificação da indissociabilidade das funções institucionais, insistindo numa abordagem epistêmica que ofereça um pólo nuclear de síntese e de integração do processo acadêmico.

A indissociabilidade se dá não pela unicidade. A identidade própria de cada função se tem na sua distinção mais do que na sua diferenciação. A pedra fundamental é o conhecimento, na sua produção, na sua transmissão e na sua aplicação e transferência.

COLOCAÇÃO DA QUESTÃO

Como conceber as funções de **pesquisa, ensino e extensão** numa instituição de ensino superior? O que é *pesquisa, ensino e extensão, não em tese, mas aqui e agora, no cotidiano de uma prática acadêmica? Em que estas funções se distinguem e como se integram? Como saber a natureza da ação que se está desenvolvendo em cada atividade acadêmica? Como distinguir uma ação assistencial e uma atividade de extensão? Como diferenciar uma prestação de serviço e um projeto de extensão?*

Vamos tratar essas três funções conjuntamente, dada sua relação intrínseca e essencial. Não se entende uma sem a outra. Preferimos, porém, a ordem lógica, partindo sempre da **pesquisa que produz**, para o **ensino que transmite** e para a **extensão que aplica e transfere**. Sintomaticamente, entretanto, dá-se prioridade ao **ensino**, numa deformação estruturada historicamente em que a **pesquisa**

não é vista na sua precedência à transmissão ou à disseminação de seus resultados. Isso se explica, em parte, pela falta da experiência e sobretudo da mentalidade de pesquisa nas instituições de ensino superior, no País, tributárias de sua herança cultural.

Tradicionalmente, definem-se **pesquisa, ensino e extensão** de maneira isolada. O “isolacionismo” é uma marca histórica de nossa educação superior ministrada em unidades separadas, sem espírito universitário. Falta um pólo unificador em torno do qual se desenvolvam essas funções, que seria uma proposta filosófica ou um modelo teórico. Um certo padrão administrativo que integra gerencialmente as unidades (cursos ou faculdades) ainda é mais fácil do que um perfil acadêmico de integração. Insiste-se na indissociabilidade das funções, assegurada constitucionalmente para as universidades públicas,

INTRODUÇÃO

Na prática acadêmica das instituições de ensino superior, deparamo-nos, freqüentemente, com a trilogia **ensino, pesquisa e extensão**, que gostaríamos de repor em sua ordem lógica por **pesquisa, ensino e extensão**, como veremos adiante. Nessa simples mudança já se insere a polêmica que existiu desde a proposta inicial da sagrada trilogia.

Tudo se passa como se tratasse de um dogma universal e, como em relação a qualquer dogma, procede-se acriticamente, com um assentimento de ordem ideológica. Supõe-se um modelo teórico intocável de instituição de ensino superior, atribuindo-se a este uma perfeição hoje indiscutível e que foi muito posta em dúvida ao tempo de sua implantação e implementação.

Para muitos docentes tem se constituído em uma salutar experiência a vivência em outros países em que, apesar de seus avanços na área de produção científica e seu desenvolvimento nas instituições de formação acadêmica, não se tem, como entre nós, o costume já tornado cultural, nos últimos trinta anos, da insistente triangulação das funções **pesquisa, ensino e extensão**, nas instituições de ensino superior.

A indissociabilidade das três funções é tornada uma premissa e sua aplicação se faz como se cada indivíduo docente devesse ser transformado, por decreto, em pesquisador, professor e extensionista, ao mesmo tempo. Ora, quem lida com a gestão acadêmica sabe, por experiência, que essa indissociabi-

lidade se dá e se fundamenta pela natureza mesma do conhecimento – via epistemológica – e pela estrutura e funcionamento das organizações – via do modelo institucional. A indissociabilidade não se dá na individualidade do profissional, mas na identidade institucional.

Isso é o fundamento mais sólido contra os golpes freqüentes que se pretendiram contra a universidade, quando se imaginaram tipos de instituição que se dedicariam apenas ao ensino em contraposição a outras que desenvolveriam pesquisa. Nessas propostas, aliás, a extensão sempre foi posta em plano secundário.

O fato de a administração das cargas horárias dos docentes exigir a distribuição de suas atividades por essas funções, como categorias burocráticas, levou a uma atitude defensiva ou corporativa.

Cada professor deveria se sentir pesquisador porque prepara uma aula. A vulgarização do conceito de pesquisa chega a confundi-la com uma simples leitura anotada. O que consta dos relatórios como pesquisa nem sempre merece este registro. Pode-se constatar que muita produção replicada em apresentações e publicações não pode se confundir como produto ou resultado de pesquisa. No campo da extensão incide-se em uma multiplicidade de atividades desconexas, sem consistência no seu conteúdo e na sua natureza.

Curiosamente, antes da reforma universitária que o regime militar nos impôs, em 1968, esse trinômio não se

*Grandes mestres
não se pretendiam
pesquisadores, apesar de
terem maior produção
intelectual do que a média dos
que hoje estão convencidos
de que são
pesquisadores*

apresentava assim na comunidade acadêmica. Grandes mestres da época não eram e não se pretendiam pesquisadores, apesar de terem maior produção intelectual do que a média dos que hoje estão convencidos de que são pesquisadores. Aqueles professores sabiam acessar as fontes do conhecimento atualizado da época, para sua transmissão no **ensino**, como usuários da produção científica internacional.

Alguns educadores eminentes, membros do Conselho Federal de Educação que vieram a perder seus postos pela coerção da ditadura, perceberam o artificialismo impróprio da triangulação proposta a partir de relatórios

prévios à Reforma e anteviram as aplicações perigosas que o modelo poderia vir a receber.

A proposta provocadora deste artigo se faz no sentido da desmistificação da indissociabilidade das funções institucionais, insistindo numa abordagem epistêmica que ofereça um pólo nuclear de síntese e de integração do processo acadêmico.

A indissociabilidade se dá não pela unicidade. A identidade própria de cada função se tem na sua distinção mais do que na sua diferenciação. A pedra fundamental é o conhecimento, na sua produção, na sua transmissão e na sua aplicação e transferência.

COLOCAÇÃO DA QUESTÃO

Como conceber as funções de **pesquisa, ensino e extensão** numa instituição de ensino superior? O que é *pesquisa, ensino e extensão, não em tese, mas aqui e agora, no cotidiano de uma prática acadêmica? Em que estas funções se distinguem e como se integram? Como saber a natureza da ação que se está desenvolvendo em cada atividade acadêmica? Como distinguir uma ação assistencial e uma atividade de extensão? Como diferenciar uma prestação de serviço e um projeto de extensão?*

Vamos tratar essas três funções conjuntamente, dada sua relação intrínseca e essencial. Não se entende uma sem a outra. Preferimos, porém, a ordem lógica, partindo sempre da **pesquisa que produz**, para o **ensino que transmite** e para a **extensão que aplica e transfere**. Sintomaticamente, entretanto, dá-se prioridade ao **ensino**, numa deformação estruturada historicamente em que a **pesquisa**

não é vista na sua precedência à transmissão ou à disseminação de seus resultados. Isso se explica, em parte, pela falta da experiência e sobretudo da mentalidade de pesquisa nas instituições de ensino superior, no País, tributárias de sua herança cultural.

Tradicionalmente, definem-se **pesquisa, ensino e extensão** de maneira isolada. O “isolacionismo” é uma marca histórica de nossa educação superior ministrada em unidades separadas, sem espírito universitário. Falta um pólo unificador em torno do qual se desenvolvam essas funções, que seria uma proposta filosófica ou um modelo teórico. Um certo padrão administrativo que integra gerencialmente as unidades (cursos ou faculdades) ainda é mais fácil do que um perfil acadêmico de integração. Insiste-se na indissociabilidade das funções, assegurada constitucionalmente para as universidades públicas,

mas, na prática, trata-se delas como se fossem coisas separadas ou isoladas.

A recente polêmica sobre os centros universitários teve um mérito de despertar para o equívoco de se dispensar estas instituições da atenção à pesquisa. **O ensino** é visto como aula, em determinado espaço físico onde “reina” um professor que transmite conhecimentos. **A pesquisa** é considerada como uma atividade de poucos que tiveram a chance de uma preparação especial para projetos de investigação científica. **A extensão** é o que se faz para fora dos “muros” da Instituição, prestando-se serviços, dando-se assistência, participando de ação comunitária.

Não se pretende negar que, mesmo nessa perspectiva tradicional, muita coi-

sa de qualidade seja feita. Sem dúvida, existem bons mestres, professores e até instrutores que ministram aulas excelentes. Há docentes e discentes desenvolvendo projetos de pesquisas relevantes teórica, histórica e socialmente. Há muitas atividades de extensão de grande valor político e social, para a formação dos alunos e para a relação destes e da instituição com a sociedade.

A questão, porém, pode ser posta de duas formas. Negativamente, *perguntar-se-ia qual é o modelo de educação superior que está por trás dessa desintegração de funções?* Positiva e positivamente, *qual seria o pólo nuclear em torno do qual se integrariam essas funções?*

ABORDAGEM DAS FUNÇÕES DA PESQUISA, DO ENSINO E DA EXTENSÃO EM SUA INDISSOCIABILIDADE

Propomos para a discussão que a educação superior passe a ser vista como um processo de formação centrado na construção do conhecimento, na sua transmissão e aplicação.

Descobre-se e localiza-se, então, o conhecimento como o centro da questão. Ele é produzido e construído, social e historicamente, pela **pesquisa**, tanto básica como aplicada, isso é, pela investigação filosófica, científica, literária e artística. É transmitido ou socializado **no processo ensino-aprendizagem**, no nível próprio, em modalidades pedagógicas e andragógicas. É **aplicado ou transferido na relação com a sociedade**, seja na disseminação ou divulgação (cursos seminários, eventos diversos), em ações de assistência (hospitais,

clínicas, núcleos de práticas diversas), prestação de serviços (assessorias, consultorias e outros atendimentos), em atividades culturais (por exemplo, produtos e manifestações artísticas) e comunitárias (movimentos sociais diversos).

Como se vê, o foco se desloca e se concentra sobre um objeto que é o conhecimento, o saber.

Nessa visão epistemológica, procura-se dar uma consistência ao projeto político pedagógico dos cursos e da instituição e a seu plano de desenvolvimento. Qualquer coisa que acontece, qualquer atividade que se desenvolve nesse contexto deverá se integrar numa visão unificada. É por isso que Boaventura de Sousa Santos escreveu que “numa so-

*A formação
profissional deixa de
ser um processo repetitivo
para tornar-se um
processo de participação
e de autogestão do
conhecimento*

cidade cuja quantidade e qualidade de vida assentam em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrantes de investigação e de ensino”.

Essa ação integradora **da pesquisa, do ensino e da extensão** não se faz, porém, como se tivesse sua razão de ser em si mesma. Ela está a serviço da sociedade ou, mais claramente, da constituição e da formação de um povo. Isso conota um compromisso com a totalidade da população, sem exclusão ou marginalização.

Com efeito, o ensino superior tem sido visto como uma distinção assegurada a alguns grupos sociais de elite. Mas não basta conferir diplomas a graduados, numa função social. É preciso dar a esta função a consistência teórica, metodológica e técnica do desenvolvimento das capacidades humanas das pessoas e da construção social das competências dos indivíduos e grupos.

A formação profissional deixa de ser um processo repetitivo de rotinas, de dados e de informações que facilmente envelhecem para tornar-se um processo de participação e de autogestão do conhecimento e do saber aplicado nas práticas sociais, entre as quais as profissões. O mundo mudou. O homem mudou. A tradição acadêmica se renova, se reformula e se redefine para responder aos desafios históricos da evolução do homem.

A **pesquisa, o ensino e a extensão** são dimensões de um todo, mais do que simples partes distintas e, muito menos, diferentes. Em cada aula verdadeira está

embutida a dimensão da **pesquisa** e a dimensão da **extensão**. Em cada atividade de **extensão** há um conhecimento ou uma sabedoria que se procura disseminar e que é conteúdo de uma **pesquisa** ou de uma aula. Assim, qualquer ação acadêmica é caracterizada pela geração do conhecimento que se renova e se atualiza (**pesquisa**), que se discute, se questiona, se aprofunda e se apreende (**processo ensino-aprendizagem**), que se aplica e se transfere no exercício das práticas e nas formas sociais de comunicação e de inserção na realidade.

O princípio da indissociabilidade da **pesquisa, do ensino e da extensão** não quer dizer que cada docente seja transformado, por decreto, em professor-pesquisador-extensionista. Quer dizer, antes de tudo, que na instituição de ensino superior é essencial que a investigação, a transmissão, a aplicação e a transferência do conhecimento se façam permanentemente, em uma articulação e em uma integração essencial, ou seja, devidas à sua própria essência ou à sua própria natureza. Todo **ensino** envolve a perspectiva da produção e da inovação do conhecimento, o que se tem na investigação ou **pesquisa**, mas disto não se pode separar a contribuição social para a constituição de um povo e a construção histórica de uma nação.

Nas instituições de educação superior, essas funções precisam ser viabilizadas por meio de um processo de administração geral comum a todo empreendimento humano e de gestão acadêmica específica das finalidades e da natureza institucional. Assim, muito do que se faz, na educação superior, está na ordem das mediações que possibilitam a consecução das metas, dos objetivos e das fina-

lidades. Mesmo nessas atividades-meio, é preciso que sempre fique claro para que se está trabalhando. Assim, o conjunto das tarefas de todos converge intencionalmente para a finalidade comum da instituição, em sua missão e em suas funções.

A função institucional da pesquisa ou investigação filosófica, científica, artística e literária é configurada como um processo de produção do conhecimento novo, em torno de objetos definidos e respondendo a uma problematização específica, segundo uma metodologia precisa. Mas, se, por um lado, a vulgarização do termo pesquisa leva a confundi-la com qualquer atividade intelectual, tirando-lhe sua natureza própria, não se pode, por outro lado, negar a dimensão de pesquisa presente em toda atividade didática, não só na formação do hábito e da atitude de investigação, no estímulo à criatividade e no despertar da curiosidade, mas também na sedimentação de uma mentalidade e de um comportamento científico. Ela é entendida como princípio de formação, indissociável do **ensino** e da **extensão**. Como se estabelece no Projeto Institucional da Fundação Educacional Serra dos Órgãos – FESO, “a pesquisa deve ser entendida como atividade que atravessa a sala de aula, não como atividade superior ou exterior à prática pedagógica, mas como necessidade cotidiana, partindo da prática e voltando a ela para aprimorá-la”.

Não se pode reservar uma espécie de *status* de pesquisa apenas a projetos específicos e ao nível da pós-graduação,

como se o ensino de graduação devesse se satisfazer com a condição de colégio de terceiro grau – o “colegião”. Numa expressão poética, Goethe intuiu a intrínseca relação das inseparáveis fases do conhecimento: “cada olhar envolve uma observação, cada observação uma reflexão, cada reflexão uma síntese: ao olharmos atentamente para o mundo já estamos teorizando”.

Não faz sentido a dissociação entre teoria e prática. Elas são duas faces de uma mesma moeda ou duas abordagens da mesma realidade. Toda teoria verdadeira parte da prática e volta para ela. Toda prática autêntica parte da teoria e volta a ela. Nada mais teórico do que a prática criticamente refletida e nada mais prático do que a teoria analiticamente aplicada.

O citado Projeto Institucional da FESO também preceitua: “o exercício da prática conduz à investigação, cujos resultados levam à reformulação das teorias constituindo-se na relação dialética entre teoria e prática.”

É nesse sentido que a **iniciação científica** assume especial importância, como mecanismo básico de formação. Ela tem se articulado com o desenvolvimento de projetos de pesquisa por parte de docentes, integrando os discentes na produção acadêmica da instituição. *Aí estão os desafios da qualidade social e técnica da pesquisa.*

A função institucional do ensino é constituída como um processo de socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, na atividade de investigação ou **pesquisa**. Assim se transmite entre as gerações um

*O fundamental
é a formação de
pessoas aptas e
competentes para uma
ação histórica de
transformação da
sociedade*

patrimônio comum construído para todos. Dissemina-se e divulga-se o conhecimento na sua destinação universal, com as inerentes aplicações e transferências à sociedade (**extensão**).

O próprio **ensino**, porém, não é uma simples repartição estática ou mecânica do que já se conhece, pois se caracteriza pela crítica e pela criatividade inventiva. É também um ato de desenvolvimento do conhecimento, enquanto viabiliza novas condições para a sua recriação, renovação e avanço.

O **ensino** precisa ser visto numa perspectiva dinâmica de processo estrutural de construção do conhecimento e não numa visão estática de transmissão passiva de conteúdos de disciplinas isoladas, marcadas pela divisão das ciências da epistemologia positivista.

A revisão dos currículos, sob essa nova orientação teórica, faz-se no sentido de garantir uma integração orgânica do processo formativo, superada uma concepção conteudística. Nessa abordagem processual e dinâmica, exige-se a participação ativa de docente e discente, superando-se a didática reprodutivista, centrada no professor. Este deve renovar-se e atualizar-se continuamente nas fontes da pesquisa ou da investigação sistemática.

Aqui reside o diferencial de qualidade que temos a oferecer, no ensino de graduação. Uma instituição de educação superior tem na diplomação ou titulação de seus graduados uma meta que se submete a um objetivo e a uma finalidade maiores.

Numa perspectiva ética, visando à dignidade humana, o fundamental é a formação de pessoas, na conscientização de cidadãos e na preparação de profissionais

aptos e competentes para uma ação histórica de transformação da sociedade. Para isso, requer-se uma especial adesão de todos os docentes a essa proposta acadêmica e uma intensificação da relação do ensino com a realidade social, numa via de intercâmbio. Os estágios supervisionados previstos nos currículos e nos projetos pedagógicos dos cursos têm a função de realizar a integração da formação acadêmica com a realidade concreta das práticas profissionais.

Aí estão os desafios da qualidade social e técnica do ensino.

A função institucional da extensão se concebe como um mecanismo acadêmico de formação que articula a produção científica e sua transmissão com a aplicação e transferência dos resultados. Isso se faz num processo educativo, acadêmico, científico, cultural e comunitário que relaciona o **ensino** e a **pesquisa** de forma indissociável. Do mesmo modo, é a **extensão** que viabiliza e operacionaliza a relação transformadora e biunívoca entre universidade e sociedade, sociedade e universidade.

O Plano Nacional de Extensão Universitária assim apresenta a extensão:

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efe-

tiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora do social.

Como se lê no Projeto Institucional da FESO, “as atividades de extensão devem significar uma troca sistemática e permanente de saberes, por meio de uma comunicação produtiva com a socieda-

de. A instituição, por intermédio da extensão, proporcionará o desenvolvimento acadêmico e cultural e promoverá ação social e prestação de serviços articulados com as diferentes demandas. A extensão deve basear-se nas demandas da sociedade de forma que as ações e transformações decorrentes promovam o desenvolvimento regional”.

Aí estão os desafios da qualidade social e técnica da extensão.

CONCLUSÃO

Concluindo, verificamos como uma conquista da comunidade universitária e acadêmica brasileira a clareza de visão que se tem hoje sobre os desafios da pesquisa, do ensino e da extensão como funções institucionais indissociáveis.

A luta política dos anos 80 assegurou a inserção no próprio texto da constituição do princípio da indissociabilidade. Hoje o movimento se tem na busca de maior clareza sobre a especificidade de cada uma das funções e sobre sua relação intrínseca.

Trata-se de evitar a simples burocratização de um modelo ou de uma concepção teórica que tem seus fundamentos em uma visão do conhecimento como pólo nuclear de um processo de produção, de transmissão, de aplicação e transferência. Não se trata de simples categorias de relatórios anuais para a justificação de benefícios e promoções, salários e gratificações, ou ainda do *status* administrativo de grupos e de instituições.

Desta visão, certamente surgirão resultados e proveito na gestão acadêmica das instituições de ensino superior de todas as categorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, M. “A universidade em ruínas”. In: **A universidade em ruínas na república dos professores**. TRINDADE, Hêlgio (Org.). Petrópolis: Vozes, 1999.
- RISTOFF, O. “A tríplice crise da universidade”. In: **A universidade em ruínas na república dos professores**. TRINDADE, Hêlgio (Org.). Petrópolis: Vozes, 1999.
- SOBRINHO, J. D. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.